



**12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP
04 a 05 de agosto de 2011**

Local: Shopping ID – Torre A – 2º Andar, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/ SNJ, Sala de Treinamento Ana Paula Galdino - N º 209 – Brasília / DF.

**VERSÃO PRELIMINAR DA ATA DE REUNIÃO
para apreciação dos Conselheiros**

04 de agosto – MANHÃ

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às 09h04, do dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e onze, no Shopping ID, Torre A – 2º Andar, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/ SNJ, Sala de Treinamento Ana Paula Galdino - N º 209 – Brasília / DF, reuniu-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Estiveram presentes sob a Presidência Regina Maria Filomena de Luca Miki ,Vice-Presidente Cel. Agnaldo Augusto da Cruz, a Secretária Executiva na 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública. **A Presidente** cumprimenta a todos e a todas, registra que vai permanecer o dia inteiro com os conselheiros e que no segundo dia de reunião não poderá se comprometer mas ira passar pela reunião. De imediato abre os trabalhos com a aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária, a Verônica informou que teve um problema com vírus no arquivo da Ata da 11ª Reunião Ordinária e que houve somente uma proposta de alteração do conselheiro Marcos Dias e que ele não vai poder está presente, como ele mandou para a Secretaria Executiva a alteração, mas não conseguimos inserir na Ata porque o documento não salva. Sugestão de visualizar a Ata da 11ª Reunião Ordinária nos moldes que foi encaminhado para os conselheiros. **A Presidente** sugere visualizar a Ata e votarmos a Ata com a alteração. Verônica da SE ficou de imprimir e passar para os conselheiros após esses aprovarem a pauta. Pauta Aprovada. Primeiro Ponto de Pauta apresentação das Câmaras Técnicas: **Câmara Técnica de Segurança Pública e Instituições Policias. Conselheiro Cel Mariano** é uma honra estar aqui numa reunião tão importante. Tivemos a reunião ontem da câmara dos sistemas de segurança publica e instituições policiais. A reunião não foi muito profícua pois só tinha a minha participação do Conselheiro Tiao, mas contamos com a presença da Suelen. Estabelecemos prazos e dentro dos prazos ficou até 30 de agosto para apresentar estudos relacionados ao sistema de segurança publica, problemas entre os órgãos e esse mesmo estudo estamos estendemos o prazo ate o dia 27 de setembro. A segunda deliberação a realização de um seminário para discutirmos os principais temas e discussões relacionados ao sistema e a instituições policiais militares, estimamos para março do ano que vem. A terceira deliberação depende da Senasp de enviar até dia 06 de outubro uma analise do modelo atual e propositura de incrementos para todos os componentes dessa câmara temática e a quarta deliberação e relacionado à revisão da legislação que trata das alterações do sistema de segurança pública que isso também a Secretária Executiva ficou

encarregada de enviar até o dia 08 de agosto e também a quinta deliberação e o envio da matriz curricular até o dia 08 de agosto para análise e sugestões e essa matriz curricular se refere ao todo sistema de formação dos policiais. Conselheiro Tiao um dos pontos que resolvemos trabalhar mais profundamente além daqueles que foi colocado em pleno e a questão de uma proposta para que se normatize a nível nacional de alguma forma que se crie parâmetro para policias militares, civis em todo país em função das mudanças que ocorrerão por conta das legislações que estão no congresso nacional. **Conselheiro Eraldo** eu pretendia fazer uma apresentação para o pleno do trabalho realizado pela Câmara Técnica no Rio de Janeiro, mas não foi possível devido a problemas técnicos. **A Presidente** pede que todos os encaminhamentos que saírem para a Senasp sejam oficializados para que se tenha número e registro. **Conselheiro Agadeilto** ressalta que o trabalho da Câmara Técnica está sintonizado com o que está sendo debatido nacionalmente sobre o tema. Na segunda feira participei de um trabalho na Paraíba, que envolveu sociedade civil e estado e o fruto da mobilização foi para o debate do tema da segurança e para desenhar um plano de segurança, trago esta experiência pois é um tema da câmara. Assim, é grande a ansiedade em se discutir a reestruturação e financiamento das polícias e também discutir a questão da desmilitarização e da carreira única. **Conselheiro Heder** pontua o tema das penas restritivas de liberdade para policiais militares. Ressalta que apresentou dois documentos sobre o caso ocorrido no Tocantins (quando um soldado foi escalado para trabalhar 72 horas interruptas e foi preso em flagrante quando voltou para o quartel. Ele ficou preso durante 07 dias) acho que o Conasp tem que se posicionar sobre o tema. A segunda questão é sobre a pena restritiva. O questionamento dele é quando esses documentos serão analisados pela Câmara Técnica. A Presidente sugere que se encaminhe de uma forma que entre em consenso, combinando um pouco do que foi falado levando em consideração o que o Conselheiro Marcos Costa trás a mesa. A gente tem duas posições, o conselheiro pode encaminhar diretamente para Câmara e nada impede e obvio que ele traga para plenária também o seu questionamento, quando a gente trás o que a câmara está produzindo aqui, nos poderíamos de imediato que a câmara abrisse um prazo para que os conselheiros mandassem a posterior conhecimento em plenário para mandar sugestões para as câmaras a câmara aprimora isso e volta para plenária se o conselheiro não se sentir satisfeito ainda ele pode por ele a plenária, eu acho que a gente podia encaminhar dessa forma. Foi posto o prazo agora para que os conselheiros encaminhem aquilo que acharem sugestão e se na hora que for colocado na próxima reunião o conselheiro assim mesmo não se sentir ainda satisfeito ele recolocar em plenário e o plenário decide dessa forma e peço com isso e que a gente passe a solução dos demais encaminhamentos, abre prazo de 15 dias para que os conselheiros enviem as câmaras técnicas às sugestões. Tenho mais um encaminhamento em relação à cartilha falando um pouco como governo que realmente foi produzida a varias mãos no ano passado antes da Portaria nº 4.226, o Conasp tem verba para publicação e nos poderíamos fazer uma revisão na cartilha em conjunto e nos faríamos um publicação se assim for consenso de todos pelo próprio Conasp, nos incorporariamos à portaria e faríamos as revisões e assim cada conselheiro poderia ter um número de exemplares da cartilha. Os conselheiros leiam passam as suas sugestões o governo (SE e Senasp) faríamos a ultima revisão encaminharíamos a plenária e publicaríamos com os apontamentos feitos em plenária. Consulta ao plenário. O conselheiro que for fazer sugestões para as câmaras encaminha para a SE que encaminha a câmara temática com um numero de protocolo para acompanhamento. **Conselheiro Tião** concorda que tem uma demanda reprimida enorme, mas acredita que a câmara vai tratar de questões mais gerais e posteriormente será elaborada uma resolução sobre esse tema mais específico pra ser votado em plenário. **Conselheiro Geraldo** se preocupa com a questão da violência das polícias com a sociedade, mas também a violência tanto dentro quanto fora das prisões. Apresenta uma cartilha instrutiva para ser editada junto com a portaria de uso progressivo

da força. **Conselheiro Marcos Costa** ressalta que a plenária pode ser questionada diretamente sem ter que passar pelas Câmaras Técnicas. Assim, algumas questões não precisariam passar pelas Câmaras, só as mais complexas. **Conselheiro Jose Neves** coloca a questão da privatização dos regimes penitenciários. **Conselheiro Cel Mariano** acredita que questões mais específicas devem ser encaminhadas pra câmara responsável de forma mais detalhada pra ser estudado., como o caso trazido pelo Conselheiro Heder. Além disso, não acredita que seja competência pra analisar esses fatos. Regina pede encaminhar da seguinte forma: pede que o conselheiro encaminhe para câmara e essa abra um prazo pra os conselheiros façam suas propostas, tenha um prazo pra trabalhar e posteriormente seja discutido na câmara. **Conselheiro Marcos Costa** que não precisa de prazo pra encaminhar proposta pra câmara, mas apenas pra elas responderem. **A Presidente** coloca que a cartilha foi produzida antes da portaria, mas como o Conasp tem verba para publicação, essa cartilha poderia ser revisada pelo Conasp e ser reeditada. **Conselheiro Manuel** sugere que as propostas que cheguem às câmaras sejam protocoladas pela SE CONASP (com carimbo e numeração) e posteriormente sejam sorteadas dentre os conselheiros pra um ser o relator da proposta no pleno. **A Presidente** sugere então um prazo de 20 dias pra revisão da cartilha (encaminhamento de questões pelos conselheiros sobre a cartilha) e o Conasp terá 10 dias pra publicação. **Câmara de Segurança Pública e Acompanhamento das diretrizes da CONSEG – Conselheira Eliana** informa que a câmara revisou seu PT e definiu que há necessidade de articular com o MEC no sentido de se trabalhar nas escolas a temática da segurança pública. Relata as demais ações definidas pela câmara como acompanhamento das diretrizes da CONSEG (segundo metodologia sugerida por Heloisa Greco), a mobilização nos estados, nas secretarias estaduais etc. Destaca a dificuldade de recursos ou indisponibilidade desses pelo MJ pra realização de seminários com os representantes dos estados. Trouxe ainda uma recomendação que trata sobre o chamamento de uma nova conferência, e gostariam de que fosse aprovada pelo pleno. **A Presidente** registra que a Secretária já acata de imediato a criação dos conselhos nos estados. Então é fato a necessidade de criação de instrumentos e diretrizes para criação de conselhos nos estados. A Senasp está construindo suas políticas e, com o apoio do Conasp, sugere que dentre as cláusulas (do pacto) da política conste uma sobre a criação de conselhos nos moldes do Conasp e que aqueles tenha uma interação com esse. Sobre a conferência, sugere eu seu projeto seja inserida no programa Segurança Cidadã, garantindo assim recursos pra realizar a conferência. **Conselheira Cibele Kuss** ressalta que a câmara é muito estratégica. É fundamental pra ter o apoio dos conselhos estaduais um encontro convidando-os pra apresentarem o funcionamento e histórico desses conselhos. **Conselheiro Tião** sugere que fosse realizada uma oficina mais interativa no lugar de uma apresentação pelos conselhos dos estados. Pra conferência ser representativa, não considera 2012 um ano oportuno pra fazer uma mobilização forte em pleno ano eleitoral. Então sugere refletir sobre essa data. **Conselheiro Almir** destaca que daqui pra frente haverá muitos eventos, inclusive mundiais, que poderão atrapalhar os processos e atividades dos Conasp. Assim, sugere que se aprove hoje a resolução da próxima CONASEG. Acredita ainda que precisamos aproveitar a presença dos conselheiros nos estados pra fazer a mobilização. **Conselheiro Heder** diz que a data da segunda quinzena de novembro é apenas uma sugestão. Acrescenta ainda a necessidade de cumprimento da portaria interministerial nº 02 pelos estados como exigência da Senasp nas suas políticas. **Conselheiro Marcos Costa** pergunta se os encaminhamentos da câmara será votado agora ou à tarde. **A Presidente** sugere que se finalize o debate para posteriormente se avalie a possibilidade de ser votado. **Conselheiro Agadeilton** só para reforça o que já foi colocado pela presidente deste conselho e por outros conselheiros da gente estabelecer até como uma resolução do CONASP, acho que a câmara da qual faço parte de financiamento é a mais apropriada para trazer essa proposição à plenária de que os estados e os municípios para

obter recursos através de convênios da Senasp ou do Ministério da Justiça como um todo eles cumpram as recomendações, resoluções e as normas desse Conselho e do Ministério da Justiça no sentido de fortalecer o papel deste Conselho. Finalizo que a câmara de financiamento é a mais apropriada para trazer isso como resolução para a plenária aprovar. **Conselheiro Geraldo** acredita que os estados devem ser os propulsores do processo, mas o que se observa é a participação tímida da sociedade civil. Então chama a atenção para necessidade de se definir e demarcar a participação da sociedade civil nesse processo de mobilização para não acontecer o que se viu na CONSEG, uma dominação dos espaços pelas polícias. Isso não é fácil de se fazer, por isso precisa ser bem planejado. Além disso, é preciso se considerar as diretrizes do PNDH 3 e que o Conasp se aproprie delas ao invés de se criar novas diretrizes. **Conselheiro Cel Mariano** sugere que esse trabalho seja reforçado pela Senasp, sensibilizando os estados nesse sentido. **Conselheiro Bridi** diz que isso não se aplica a todos os estados, tendo grau de dificuldade diferenciado. **Conselheiro Tião** acredita que o conselheiro tendo acento no GGI realmente fica mais fácil. **Conselheira Eliana** propõe que as reuniões das câmaras técnicas sejam substituídas da próxima vez para uma reunião de esclarecimentos sobre o processo da conferência. **A Presidente** vai pedir, enquanto Senasp, pra os secretários dos estados compareçam a Reunião de Colégios de Secretários no Rio de Janeiro para a câmara apresentar a proposta de conselhos estaduais nos moldes do Conasp. As operações policiais no GGI não precisariam ser elaboradas em conjunto com a sociedade civil, no entanto nada impede que ela controle a atuação policial e formule diretrizes para a construção e aperfeiçoamento dessas operações. (Nesse sentido ela defende a não participação de conselheiros – enquanto função política – nos GGIs que são espaços técnicos. **Conselheiro Mariano** esclarece o conceito de GGI que o Ministério da Justiça levou aos estados de pensar operações. Além disso, serviriam para pensar ações integradas entre municípios e estados. Intervalo de 5 minutos. **A Presidente** retoma a reunião dando a palavra à Conselheira Eliana pra fazer as considerações antes das votações das propostas das câmaras. **Conselheira Eliana** pede que o pleno não deixe de considerar os dois temas: a 2ª CONSEG e o Seminário. A Regina diz que é a favor do seminário, sem desconsiderar a Reunião do Colégio de Secretários no Rio de Janeiro. Ressalta que está criado por lei os Conselhos Interestaduais, mas que ela sabe do funcionamento somente do meio norte. Na próxima reunião, então o primeiro dia seria destinado ao seminário para debate das diretrizes dos conselhos estaduais, o segundo dia seria para as câmaras e o terceiro dia pra reunião do pleno. **Conselheiro Marcos Costa** – Sugere que se aprove aqui uma diretriz para os estados pra ser enviado junto com o ofício da Senasp. **A Presidente** resume então: 1) Levantar a câmara técnica de mobilização para o encontro colégio de secretários no RJ (aprovado) 2) Trazer os representantes dos conselhos e nos estados eu tem conselhos de segurança pública para apresentarem ao pleno do Conasp o funcionamento e estrutura de seus conselhos. Conselheira Eliana solicita que se tragam todos os estados para os que não tenham conselhos possam ter informações para construção de seus conselhos. **Conselheiro Marcos Costa** sugere apenas convidar, sem ônus pra Senasp, os secretários desses estados que não tem conselhos para conhecer e participar do evento. **A Presidente** diz que a Senasp tem orçamento pra pagar todas as despesas de todos os estados. **Conselheiro Tião** sugere que seja pago a despesa de todos os secretários. 3) Ofício: a plenária vai preparar uma recomendação para que a Secretária Nacional envie uma recomendação para todos os estados, citando o conselheiro no estado como ponto de referência para constituição do respectivo conselho. (aprovado). Conselheiro Marcos Costa faz algumas considerações de nomenclatura, trocar recomendar por propor, além da questão da data. **Conselheiro Benedito Mariano** parabeniza o trabalho da câmara e, sobre a data, acredita que o ano de eleições não é oportuno, mas retira sua proposta de realizar a CONSEG no 1º semestre de 2012. Assim, fica mantida a data de segunda quinzena de novembro. **Conselheiro Marcos Costa** se preocupa com

a data, mas ressalta a importância da SE assumir o compromisso de preparar o texto da CONSEG. **A Presidente** resgata a característica Sui generis da 1ª CONSEG de ter sido convocada pelo MJ, assim sugere que a próxima CON seja esse pleno. Outra coisa importante é definir a data do evento pra que a Senasp, como uma das integrantes da CON possa preparar os contratos com o programa Segurança Cidadã. **Conselheiro Almir** ficou feliz com a palavra da secretária, demonstrando o apoio e credibilidade nesse conselho. A proposta foi votada por consenso. **Câmara de Gestão da Informação – Conselheiro Manoel** apresenta o plano de trabalho da câmara reestruturado na reunião do dia anterior. Relata ainda eu houve a apresentação do SINESP por Luciane Patrício que enriqueceu bastante a reunião. Assim, estreitou-se relação entre Senasp e Conasp, comprometendo inclusive a Senasp. Cristina Neme apresentar de forma mais detalhada a proposta de legislação do SINESP na parte da tarde ainda hoje. **A Presidente** enfatiza a necessidade de se rever os sistemas de informações sobre segurança pública, informando que está tramitando na casa civil uma proposta de unificação dos sistemas de segurança estaduais em um nacional. Está sendo analisados os graus de desenvolvimento dos estados para conseguir adaptar todos eles ao sistema unificado. Esse projeto entrou num limite extra-orçamentário do ano que vem. Também nessa linha de fomentação, está sendo criado junto ao INFOSEG, que o município forneça sua planta de IPTU, pois a Senasp foi até então a grande financiadora da segurança pública sem cobrar nada em troca. Assim, o estado que omitir dados não receberá orçamento, seja pra o PRONASCI ou outras políticas. **Conselheiro Manoel** sugere que o GGI ou observatórios sejam os fornecedores dessas informações. **A Presidente** informa ainda da saída do coordenador do DEPRO, Alberto Koppitike, e que logo que tiver o nome informará o conselho. **Conselheiro Celito** chama atenção para as nomenclaturas utilizadas nos sistemas como as mortes de trânsito e resultantes de confronto com a polícia. Assim, sugere que esses nomes sejam revistas nos sistemas porque são todos homicídios. **A Presidente** sugere que seja montado um grupo de trabalho pra discutir soluções pra isso, ressaltando a falta de registros sobre os recortes de orientação sexual, por exemplo, nas estatísticas oficiais. Conselheiro Celito traz ainda a necessidade de um BO unificado. (como se fosse um prontuário único do doente no SUS). **Conselheiro Benito** concorda com a fala do Conselheiro Celito e dos demais, mas considera que o registro (BO) deve ser feito pelo profissional da polícia judiciária. Não se opõe à unificação, mas se deve ter um cuidado com essa coleta inicial dos fatos. Complementa então que esse registro não seja banalizado, pois deve ser feito pelo policial sob risco de falência do sistema. **A Presidente** sugere que o Conasp faça uma resolução, solicitando o retorno do DENATRAN ao Ministério da Justiça, porque atualmente no Ministério das Cidades, não tem como intervir. **Conselheira Tereza** sugere encerrar agora e retornar às 14h com a retomada das apresentações das câmaras. **A Presidente** concorda com o intervalo e destaca alguns pontos da política que está sendo pensada pela Senasp. A comprovação de habilidade profissional para utilizar os recursos, materiais etc da Senasp, e principalmente envie dados requisitados. Por fim, agradece a oportunidade e parabeniza o Conasp de está cumprindo o papel dele que é discutir política. Encerramento às 12:30.

Retorno às 14h10 - TARDE

O Presidente em exercício da continuidade na apresentação das câmaras técnicas. **Câmara técnica de segurança pública e sistema prisional – Conselheiro José Neves** faz apresentação do plano de trabalho. Na reunião de ontem tentamos restabelecer as metas para alcançarmos alguns objetivos ainda este ano. Colocar a câmara técnica em contato com outros conselhos que atuam na área prisional. Começar a pautar as diretrizes aprovadas na CONSEG e no PNDH aquelas que dizem respeito ao sistema prisional, queremos aprovar algumas questões regimentais para

iniciar o trabalho. Destaca, com primeiro passo da câmara, a necessidade de aprovação do comitê técnico (formado por 08 instituições: SDH, SPPIR, SPM, SRJ, Ministério da Saúde, MEC, MJ, DEPEN) previsto na resolução de instituição das câmaras. Esse comitê traçaria as diretrizes para a redefinição do plano e também queremos a aprovação desta plenária para o DEPEN vir apresentar a sua política, aprovação no pleno que os membros da câmara técnica possam se reunir até setembro com estes órgãos que irão compor esse comitê técnico. **Conselheiro Geraldo** coloca a importância de se trabalhar intersetorial e interministerialmente o sistema presidiário, que é bem complexo. Então é preciso fazer o resgate do que está sendo feito por instituições como CNPCP, Ministério da Saúde, Ministério da Educação para depois iniciar os trabalhos. **O Presidente em exercício** resume os encaminhamentos da câmara em três proposições: 1) Criação do Comitê com todos os órgãos para participarem da reunião; 2) Convite ao DEPEN para que venha apresentar a política Penitenciária e a 3) A aprovação para que até setembro haja uma reunião com esses órgãos que poderão compor esse comitê. Eu sugeriria que a gente invertesse no lugar de número 3 colocasse número 1, seria interessante que fizéssemos uma reunião primeiro com todos os órgãos, para que eles pudessem se empoderar porque nós não podemos designar o órgão para compor a gente pode convidar, então talvez seria interessante que a gente fizesse uma reunião com todos os órgãos e nessa reunião e debatermos a formação do comitê técnico, eu levo a discussão da plenária. **A Presidente** só ressalta que a presença dos outros órgãos fora do Ministério da Justiça está condicionada à autorização de seus respectivos superiores. Quanto ao DEPEN, a participação é garantida. (Aprovado por unanimidade). **Câmara Técnica de Segurança Pública e Políticas de Financiamento – Conselheiro Agadeilton** apresenta os trabalhos da câmara que está muito prejudicado devido a ausências de informações. Assim, foram elaboradas 4 metas que se desmembram em 13 ações com base nas informações disponibilizadas por Maikel (Senasp). **A Presidente** informa que devido a encontro casual com o Secretário Executivo Luis Paulo, apresentar o orçamento 2012 e de um panorama de como ficou o PPA de 2011, que já está finalizado. Informa também que temos alguns projetos que entra em extra- orçamento. A Senasp desse ano ficou em 1 Bilhão e 25 milhões, sendo o Fundo Nacional de Segurança Pública mesmo valor para o próximo ano. Nesse valor temos o PAC que não será executado esse ano, porque não temos condição. Dentro desse orçamento, a parte que seria para a Copa do Mundo viria do Fundo, como criamos uma Secretaria Especial para a Copa esse dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública vai para Secretaria Especial. Além disso, a Bolsa formação acaba em 2012, por lei e não se sabe como se prosseguirá essa política. Estamos conseguindo diminuir o resto a pagar, o orçamento trás uma inovação, o sucesso da política nos trás mais recurso. Estamos conseguindo trabalhar de forma integrada, a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Senasp nunca trabalharam tão bem, de forma conjugada. Agora nós estamos com condição de trazer esse orçamento ao pleno. Informa ainda que a Senasp está pagando os restos a pagar para ganhar fôlego no ano que vem. **Conselheiro Agadeilton** continua a apresentação do Plano de Trabalho da Câmara. Informações são sempre bem vindas. Destaca que perguntas como quanto o Brasil gasta em segurança pública, quanto os estados gastam, assim só esse diagnóstico possibilitaria a formulação de metas para essa câmara. Nossas metas: 1) diagnóstico dos programas prioritários de segurança pública; 2) contribuir com os programas e formulação do PPA, essa meta já ficou prejudicado, pois o PPA já foi encerrado, mas podemos acompanhar e monitorar as ações e contribuir na revisão do PPA; 3) acompanhar as propostas orçamentárias dos estados, sabemos da dificuldade em se conseguir esses dados, por isso precisamos de apoio político. Queremos que daqui um ano, o conselho saiba quanto é investido em segurança pública no país. Foi esse o trabalho da câmara e estamos abertos a tirar dúvidas sobre a câmara. **Conselheiro Alexandre Ciconello** ressalta a importância do diagnóstico orçamentária para que a Câmara possa contribuir e dar subsídios formulação do

orçamento posteriormente. **Conselheiro Tião** resgata o discurso do presidente Lula é de não pensar o Brasil por muitos anos. Exemplo disso foi o PRONASCI que foi pensado pra 04 anos, mas com a idéia de transformá-lo em política de estado. Então é preciso primeiro conhecer os avanços e desafios do PRONASCI antes de propor novas ações na segurança pública. Então tendo em vista o saldo disponível, segundo a secretária, teríamos que dividi-lo para as políticas de toda a Senasp. Assim, é fundamental a importância desse trabalho da Câmara para aprimorar os programas existentes. **Conselheiro Alexandre** concordo com o conselheiro Tião, acho importante o conselho fazer uma avaliação do PRONASCI, saber da violência letal nesse país. **Conselheiro Fernando** concorda com a proposta, ela se torna mais urgente pela pesquisa do correio brasileiro que diz que a força policial esta matando uma pessoa a cada 5 horas no Brasil, então esse dado nos impõe uma avaliação nessa aplicação dos recursos. Temos que saber se a dose esta certa. O PRONASCI deveria dar conta desse dado assustador. **Conselheiro Heder** publicação na revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que trás os investimentos dos estados na segurança pública. **A Presidente** informa que houve a decisão da Senasp em anos anteriores de não divulgar dados para evitar o Hackeamento dos índices entre os estados. No entanto, ela tem uma opinião diversa e não vão ver nenhum mal em publicar os dados, antes eram publicados e compilados pelo Fórum Nacional de Segurança Pública. **Conselheiro Manoel** solicita o(s) anuário(s) do Fórum pra conhecimento dos conselheiros. **A Presidente** reforça ainda para o Conselheiro Agadeilton a necessidade de se pensar a política por um tempo restrito 3 anos, pensando nas diversidades de cada estado. Além disso, destaca as implicações do modelo de financiamento vigente, colocando em pauta a possibilidade de financiamento fundo a fundo ou de outras maneiras (por convênios). Coloca como um desafio também à dificuldade de se obter informações. Informa ainda que recebeu um convite de uma comissão da Câmara dos Deputados pra alinhar o financiamento em segurança pública, e solicita a importância de se estreitar essas parcerias pra não se fazer um re-trabalho. **Conselheiro Manoel** destaca a distinção entre planejar e executar o orçamento e sugere que o Conselheiro Alexandre Ciconello acompanhe na Câmara nos seus projetos de orçamento. **Conselheiro Marcos Costa** resgata e estrutura dos CIOPs no SUS que subsidiaram o governo federal na criação do (Conselho de Saúde). A idéia é que cada estado tenha seu conselho de segurança. **Conselheiro Benedito Mariano**, sobre as informações a respeito dos subsídios das políticas, poderia ser demandado dos seus representantes oficiais no Conasp. **Câmara Técnica de Segurança Pública e Combate à Discriminação – Conselheira Analba** apresenta o Plano de Trabalho, que foi construído pelos 4 representantes da Câmara e acompanhamento da servidora Anita Monteiro da SE/CONASP. Foram trabalhados, portanto, três objetivos. **Conselheiro Marcio Marins** ressalta que também já foram construídos os indicadores. **Conselheiro Elder** destaca a necessidade de se viabilizar a recomendação de combate ao genocídio da juventude negra, que está parada depois de sua criação. Então a sugestão é de formar uma comissão temporária para dar andamento a essa recomendação. Temos outras propostas de recomendação. **Conselheira Analba** queremos propor a construção de recomendação de nos editais do DEPAID incluir temas da câmara de combate à discriminação, colocar a motivação homofobia, intolerância religiosa, etc. **Conselheiro Marcos Costa** nos precisávamos do texto das recomendações para aprovar, é difícil aprovar só pelo tema. **O Presidente em exercício** a câmara técnica pode prepara a recomendação e depois o pleno prova. O plano de trabalho foi aprovado, o que estamos discutindo é o conteúdo da recomendação, que poderia ser apresentado amanhã. **Conselheiro Marcos Costa** ressalta que a aprovação das recomendações no pleno deve ser no pleno. **Conselheiro Marcio Martins** sugere a aprovação das recomendações por meio eletrônico. **Conselheiro Elder** sugere que as recomendações sejam elaboradas ainda nessa reunião e sejam aprovadas no dia seguinte, o que aceito pelo pleno. **O Presidente em exercício** amanhã então abriremos espaço para as recomendações das comissões.

Conselheiro Mariano apresenta a resolução e plano de trabalho da câmara de segurança municipal. Queria me dirigir a todos os conselheiros em nome da câmara técnica de segurança municipal, pedir desculpa ao pleno, pois estamos atrasados em relação à resolução e ao plano de trabalho. Ontem trocamos e-mails e os membros da câmara fecharam ontem a resolução e o plano, e gostaríamos que vocês apreciassem. A câmara solicita da presidência que se faça a alteração da resolução para incluir essa câmara técnica. (apresentação da resolução). Esse trabalho iniciou na Paraíba, com o esforço do Everardo e da Cíntia. Está aberto para os demais membros da câmara. Conselheiro Heder coloca a dúvida sobre a proposta de resolução em relação à 1ª CONSEG. Se não seria em relação a todas as CONSEGs, porque se não a câmara perde sua função com o advento da 2ª CONSEG. **Conselheiro Mariano** concorda. **A Presidente** coloca em regime de votação a resolução que, por consenso é aprovada. Intervalo às 16h 08. Retomam os trabalhos **A Presidente** coloca pra votação a Ata da 11ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária que é aprovada por consenso. Passaremos a apresentação do Fábio Sá do IPEA. Fábio de Sá inicia a apresentação do Relatório Crítico do IPEA sobre o Conasp. Considerando que o CONASP avançou bastante desde a última reunião há cinco meses, acredita que foi oportuno a apresentação do relatório após a apresentação das câmaras técnicas. **Conselheiro Marcos Costa** agradece e parabeniza o trabalho do IPEA e considera fundamental a continuidade dessa parceria. Na relação entre o Conasp e outros conselhos (CONAMA, Ministério da Saúde, etc) seria interessante de ser explorada. Os objetivos a serem consolidados nessas políticas públicas. O IPEA poderia inclusive ser um convidado permanente do Conasp. **Conselheiro Agadeilton** concorda com as palavras do IPEA e acredita que pesquisas como essa são fundamentais dentro das câmaras técnicas. Assim, a câmara de financiamento em breve demandará estudos do IPEA. Em relação especificamente dos órgãos de controle social, considera que essa pergunta poderia ser respondida a nível nacional. **Conselheiro Manoel** elogia o pesquisador do IPEA por conseguir apresentar de forma tão simples um assunto tão complexo. Além disso, apresenta um outro ponto de vista sobre a participação da sociedade civil na CONSEG de uma forma muito passiva. Ele considera o papel da sociedade civil teve um papel muito mais ativo que se pode perceber, sendo que muitos dos gestores vieram da sociedade civil. Assim, a tese de que o controle social da polícia não é eficiente na sociedade civil não interessa nesse ponto de vista. **Conselheiro Benedito Mariano** sugere que o IPEA faça uma pesquisa sobre os temas ou encaminhamentos conflitantes na segurança pública. Assim, grandes temas como a polícia penal, a militarização da polícia, controle externo da polícia, ciclo completo de polícia, dentre outros estão nas diretrizes de maneira ambígua e contraditória. Assim, o IPEA poderia ajudar o Conasp na discussão desses temas que não foram abordados de maneira explícita nem no texto base da 1ª CONSEG. **Conselheiro Tião** acredita que o IPEA pode ajudar em muitos desafios. **A Presidente** segue na mesma linha de raciocínio, considera que escrever o processo de construção e reconstrução contínua desse processo é fundamental pra, além da transparência, subsidiar outros conselhos nas suas reestruturações e construído por outros órgãos. Sobre o texto base, pontua que naquele momento havia uma grande distância entre polícias e entre essas e a sociedade civil. Discorda do Conselheiro Manuel sobre a existência de uma discussão sobre segurança em 88 na constituinte, pq naquela época ninguém queria discutir segurança pública, pois estava-se saindo de uma ditadura. Então a proposta de encaminhamento é que os conselheiros enviem por um período determinado as propostas de estudo para o IPEA. **Conselheira Tereza** Parabeniza a pesquisa e considera a discussão sobre sistema prisional muito importante como objeto de estudo. O planejamento estratégico do Conasp é importante pra viabilizar pesquisas como essa. **Conselheiro Alexandre Ciconello** considera o trabalho do IPEA fundamental desde os estudos sobre questão racial. Acredita que a participação do órgão é fundamental na próxima CONSEG desde o texto base. Assim, sugere que se amplie essa parceria, não estando apenas no

texto base. **Conselheiro Geraldo** coloca a questão da democratização de áreas como segurança pública e justiça, pois ainda há muita dificuldade de dialogar, principalmente por parte do poder público. Assim, é muito frágil ainda a democracia brasileira. Assim, essa relação entre poder público e população é a proposta de pesquisa com IPEA. **Conselheiro Marcos Costa** considera importante a formalização dessa parceria por meio de um termo de cooperação, porque o IPEA não é consultor do Conasp. **Conselheiro José Neves** gostei muito da apresentação do IPEA e gostei particularmente de um quadro onde mostra a estratégia para que a gente possa construir os consensos, eu to com o Conselheiro Marcos Costa e o Conselheiro Mariano quando se fala no tema que o Conasp é um e Senasp e Governo. **Conselheiro Manoel** segue a linha de argumentação da Presidente, dizendo que o estado de Pernambuco passou pela transição do coronelismo. Assim, ele trabalha com a teoria do processo, discordando assim de que a CONSEG foi uma concessão. Assim, o legado do processo pedagógico da Conferência. Fábio solicita que os conselheiros leiam o relatório e façam as considerações sobre o relatório. Em relação à consideração do cons Manoel, contudo o estudo do Fábio sobre participação institucionalizada o que não que dizer que as demais participações de outras formas não tenham feito muitas contribuições. E relação à segurança pública especificamente, Assim, é preciso pensar em espaços de participação como conferências, audiências, etc. Assim, considera o Conasp vanguardista na formulação de textos e atos, “não se apegando a vírgulas”. **A Presidente** diz que não tem dúvidas sobre a continuidade da parceria e sugere prolongar a reunião até 19h. Cristina Neme (DEPAID/ SENASP) apresenta o Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública – SINESP. **Conselheira Cynthia** coloca uma inquietação sobre a interpretação dos dados como perfil da vítima, do infrator. Então como essas informações estão sendo utilizadas e apropriado politicamente. **Conselheiro Tião** relata eu tradicionalmente o DATASUS é a base mais utilizada, então não daria para se utilizar à combinação do DATASUS e do SINESP. **Conselheiro Celito** considera a importância do cadastro ser único para não haver duplicidade de registros. **Conselheiro Mariano** parabeniza a todos, o dado tem que ser do Ministério da Justiça e não do Ministério da Saúde. Preocupação com sub- notificação de crime, vários distritos policiais não funcionam 24 horas. Essa é uma preocupação para se saber dos dados, conhecer os distritos policiais dos municípios. A segunda questão é com relação ao crime de chacina, como vocês trabalham isso nos estados. Se for considerado o numero de vítimas da chacina. **A Presidente** sugere arcar uma nova visita para explicar a pesquisa de vitimização. **Conselheiro Manoel** registrar a visita ao DEPAID e a importância para a câmara técnica dessa parceria. **A Presidente** informa que esse informe já foi dado pela manhã, e está na casa civil. Diz que trará para esse conselho a discussão técnica e política. **Conselheiro Marcos Rezende** fala sobre a cartilha que não contempla as populações vulneráveis. Inclusão do tema negros na cartilha. **Cristina Neme** começando pela Conselheira Cynthia, esse é o sistema oficial, é um sistema e não uma pesquisa, uma base de dados para termos uma base de dados do País, sem dúvida , é uma base oficial, do que é notificado. O que não é notificado, a gente não tem acesso pelo registro, mas fizemos a pesquisa de vitimização. Outro esclarecimento da diferença entre DATASUS e SINESP, a gente usa o DATASUS mas queremos que a segurança tenha seu próprio sistema para ter um leque de informações que não estão do DATASUS, como outros tipos de crime. As mortes violentas são apenas um grupo. A segurança tem que se aprofundar. Chacina é registrado como homicídio com X de vítimas, a dificuldade é que na segurança os estados tem realidade diversificada, em alguns lugares aparecem como ocorrências em outras como homicídios. Então tem dificuldades metodológicas. **A Presidente** acha que o embrião tá aí, o Marcelo Durante fez um trabalho gigantesco quando passou na Senasp, o grande indutor para alimentar o sistema é o corte de financiamento dos estados que não alimentarem, a coação por meio do recurso. Vamos suspender essa sessão, as câmaras temáticas tem portas abertas dentro da Senasp, é transparência total.

ABERTURA DOS TRABALHOS - Dia 5 de agosto

O Presidente em exercício inicia os trabalhos às 09:03, com a apresentação do gestor público da Senasp Maikel sobre o PPA, até dar quorum para iniciar a reunião. Maikel essa é uma apresentação sobre PPA da Senasp pelo (lembrando que essa apresentação já havia sido feita na Câmara de financiamento). Ele disponibilizou o documento e as apresentações para os conselheiros. **O Presidente em exercício** consulta os conselheiros para ao final da apresentação abrir para os debates. (Aprovado). Maikel continua a apresentação. Inicia o debate: **Conselheiro Agadeilton** o que o Ministério da Justiça está pensando para os 4 anos, o PPA reflete isso. Na sua visão, qual a viabilidade técnica desse conselho a partir de hoje fazemos um estudo sobre o que o mj pensou e com base no estudo propor alguma alteração se acharmos pertinente dentro desse planejamento? Para a revisão, já que para a estruturação não da. O segundo ponto são as formas como são construídas as metas e os indicadores para medir a eficiência dos órgãos. Maikel sobre a viabilidade de o Conasp fazer aportes ao PPA. Essa idéia de construir o PPA com entidades fora do governo, ela foi fruto de uma serie de tentativas anteriores que ainda não encontrou formulas melhores. Ela vem da idéia do que alguns municípios conseguiram aplicar, os estados encontram dificuldades e pra união é mais complicado ainda essa vez o planejamento apostou no PPA dentro dos ministérios e depois apresentar a sociedade por câmaras de consultas. Em algumas dessas tentativas a gente no ministério conseguiu a contribuição de alguns ministérios, como por exemplo à colaboração da perícia. Isso facilitou um pouco na divisão entre pf e prf, tipo o que é meu e o que é seu, o PPA penou no todo. O PPA está tentando uma forma de construção, foi uma inovação tanto pro planejamento quanto para o Ministério. Talvez no próximo PPA, alguns pontos podem ser melhorados, o Conasp pode fazer sugestões, podemos estabelecer uma metodologia compartilhada de trabalho. **O Presidente em exercício** eu entendi o que o conselheiro Agadeilton perguntou, e de forma mais objetiva queremos saber se na pratica para esse PPA tem a possibilidade do Conasp atuar. É importante ressaltar a importância da vinda do Maikel para a Senasp, de um gestor por carreira, para uma área muito frágil na Senasp. Temos uma pessoa qualificada e de carreira para tocar essa parte. Gostaria de trabalhar no gabinete, socializar esse material, o Conasp faz analise e propostas e na próxima reunião a gente debate na câmara. Maikel para a formulação do PPA desse ano o prazo é 31 de agosto, então já esta na Casa Civil então é improvável sua alteração, mas é possível o Conasp atuar na revisão do PPA. Vice Presidente eu creio que o olhar do Conselho, para nós da Senasp é muito importante, a tratativa é nessa condição. **Conselheira Tereza** no que se refere a esse PPA é o PPA da união, a gente teria acesso ao PPA do Ministério da Justiça? Alguns pontos que você colocou são temas das nossas câmaras técnicas? As câmaras podem enviar contribuições ao PPA? **O Presidente em exercício** informa que esse PPA já sai do Ministério, a importância dessa discussão é que as fases do PPA, tem uma fase dentro do MJ e outro fora, a pergunta especifica é se podemos encaminhar alterações no momento da revisão. **Conselheira Tereza** vai que não podemos fazer alterações internas será que não podemos levar para o congresso? **Conselheiro Tiao** o que podemos é discutir e propor sobre seus desdobramentos, já que foram aprovadas no PPA, o que podemos fazer como propostas concretas de ações. **Conselheiro Manoel** como o PPA é indutora de políticas, como o PPA analisa só dados sobre o aumento da taxa de homicídios? A construção de observatórios está previsto no PPA? De que forma? Qual a meta? **O Presidente em exercício** o PPA procurou construir indicadores para os programas temáticos. Como indicação do planejamento, caímos nos indicadores de eficácia. Ainda

há um certo medo dos gestores de serem avaliados pela meta ainda estamos quebrando cultura burocrática por uma de gestão. Anos anteriores não seria possível pensar na administração pública ter meta, custo razoável como o sistema privado. As pessoas precisam ser capacitadas para a criação de indicadores, monitoramento. O Conasp é uma boa instância para acompanhar, monitorar. A questão de recursos para estados, é um problema maior da Senasp do que da segurança pública. No PPA isso aparece nas políticas mesmo, a ideia do planejamento é de fazer propostas abrangentes, grandes guarda-chuvas. Em relação aos homicídios ela está presente na meta 7, as políticas que estão sendo executadas tanto no município quanto nos estados vêm no sentido de privilegiar a redução de homicídios. Os observatórios não estão no PPA, porque a orientação era de dar linhas gerais à política. **Conselheira Cibele** minha pergunta é sobre o que não aparece no PPA, como transversalidade, territorialidade, participação. E aos indicadores que dizem respeito à redução de homicídios. Ações multisetoriais não deveriam ficar explícitas no PPA? Onde estarão as ações multisetoriais? Maikel como outros ministérios participaram do programa temático de segurança com cidadania, tivemos uma grande interface, essas menções aparecem na caracterização essa preocupação de territorialidade, transversalidade. Na iniciativa, a orientação do planejamento foi colocada da forma mais genérica possível. Projetos específicos entram nas iniciativas, no conjunto de projetos, senão a iniciativa ficaria muito extensa. **Conselheiro Alexandre Ciconello** gostaria que o Maikel enviasse esses documentos para o pleno e para a câmara técnica, é a primeira vez que o Ministério da Justiça nos apresenta esse documento. Lamento o prazo, pois não conseguiremos alterar o PPA, mas poderemos debatê-lo no Congresso e na sua revisão, lamento também a não apresentação do orçamento, prioriza-se redução de homicídio, mas não sabemos o investimento do Ministério da Justiça nessa área. Concorro com o conselheiro Agadeilton todos os objetivos e metas estão voltadas para objetivos meios é muito mais difícil monitorar a efetiva da forma como construído esses objetivos meios. No caso da Segurança Pública, devido à magnitude outra questão, olhando só objetivo do carro chefe da redução de homicídios, a caracterização da violência letal, isso não aparece aqui. As mortes de jovens negros, o fenômeno da violência contra mulher, isso não aparece aqui. A conclusão que me chega é que há um baixíssimo diagnóstico do que foi feito, isso me preocupa muito. Não sei como vai ser essa discussão. Quando é uma usina hidrelétrica em Belo Monte a gente consegue localizar no PPA, isso pode verificar em que medida específica foi alterado. A gente tá formulando uma política pública com base em nada. Maikel com relação às iniciativas, a gente sofreu muito com essa discussão, cada órgão queria colocar sua ação com prioritária, meu projeto é importante, quando a gente tenta colocar um objetivo específico, a gente esquece da segurança pública como um todo. A gente perde a transversalidade, por questões políticas a caracterização talvez poderia ser melhor de um objetivo ou outro, a gente recebeu consulta da SPM e da SEPIR, poderia ser melhor arranjado, eu não sei de repente gente pode trabalhar melhor essas questões na revisão. Homicídios, eu me baseei muito no mapa da violência, ele apresenta possivelmente as políticas que alteraram o declínio de homicídio, que está sendo trabalhado tanto na união quanto nos estados. Pode ser feito um diagnóstico mais aprofundado? Pode sim ficou em falta deixar mais patente o resultado. Acho que passamos por um aprendizado organizacional... acho que sua fala ajudou muito nesse sentido. **Conselheiro Marcos Costa** nos estamos trabalhando para que esse conselho possa fazer influência na política. **Conselheiro Elder** nós temos que ver as alternativas desse conselho influenciar no PPA, pq percebo a ausência de duas coisas: o PPA tem metas muito quantitativas, e no campo da segurança pública a gente tem que pensar na qualidade das ações previstas do PPA e segundo tem ações muito universalistas. **Conselheiro Leôncio** queria reforçar as falas dos que me antecederam, temos que monitorar o que tá imposto, pois o PPA tá praticamente concluído, pronto, concordo com o marco que ainda tem uma pequena porta de influência que é o orçamento. Para você influenciar você precisa conhecer, você

precisa conhecer as políticas, falo por mim, eu não tenho capacidade de influenciar, pois não conheço. Não tenho dúvida que o PPA está caminhando para uma análise quantitativa, temos pulverizadas algumas estratégias que não temos familiaridade. Temos que conhecer o que está aí. Como vamos desenvolver indicadores de qualidade se não conhecemos os projetos? A outra visão que tenho é que as estratégias do governo estão aí, PAC, pq a usina belo monte está visível no PPA, por causa do PAC, já está posto quais são as estratégias. **O Presidente em exercício** gostaria de pontuar algumas questões, realmente esse planejamento é incipiente, estamos começando a tratar nesses conselhos os assuntos da Senasp, a começamos com a apresentação do ENAFRON. **Conselheiro Alexandre Ciconello** sobre o ENAFRON não é só uma questão de apresentação, mas de ter acesso aos documentos então eu sugiro, que a gente tenha acesso aos documentos antes da apresentação. **O Presidente em exercício** concordo, a apresentação é o momento inicial, é o nivelamento mínimo da informação. Em uma hora não dá pra esgotar o assunto, mas apenas conhecer os interlocutores, uma ponta pé inicial, uma interlocução com os técnicos do Ministério da Justiça. Isso é importante. Nós temos que iniciar essa aproximação com a ENASP. Conselheiro está se estudando o pacto republicano e pela primeira vez a segurança pública está nesse pacto, então seria importante discutir isso aqui. Isso não chegou até a gente, mas vamos procurar informação sobre isso. Sobre o que o Alexandre colocou sobre o fato do MJ não saber o que faz em relação ao protejo e mulheres da paz, tenho que dizer com relação ao planejamento estratégico ele não foi feito com base no achismo o Brasil não tem cultura de planejamento, não tem cultura de criação de indicadores. Os grandes saltos feitos esquecem do processo. É um processo de mudança nós não temos política de mudança. São metas meio ainda mas são metas, queremos caminhar para metas fim. **Conselheiro Eraldo** agradecer o Maikel e falar na linha do Coronel pois não temos a cultura do planejamento e estamos aqui para aprimorar o trabalho de nossas instituições. Aqui já foi discutido o PPA, não seria interessante o MJ difundir para os estados esses objetivos? Pois futuramente esperamos que essas metas sejam aprovadas no parlamento. Democratização das informações do MJ e ao mesmo tempo induzindo os estados a também alinharem seus programas de governo, seus PPAs. Maikel acho totalmente pertinente a sua colocação, a gente está criando mais expectativa no planejamento estratégico do MJ e da Senasp para alavanca essa questão, o PPA é muito mais voltado para orçamento. Com o planejamento poderemos contar com o mapa, ousar com indicadores, metas, pois o PPA nos limita mais por ser estratégia de governo. **O Presidente em exercício** em nome da presidência do Conselho queria agradecer o Maikel, ficamos trabalhando até tarde ontem e é uma pessoa que tem se empenhado muito no trabalho da Senasp. Muito obrigado! Maikel eu que agradeço o convite, meus contatos estão no slide, podem entrar em contato comigo. Estamos a disposição. **O Presidente em exercício** pausa antes do próximo projeto. Retomando, nos encaminhamos todas as apresentações pelo e-mail do Conselheiro Marcio Marins. Nós vamos receber dois profissionais do DEPPRO. Nós vamos ter na parte da manhã, teremos mais esta apresentação, na parte da tarde Defesa da Vida. **Conselheiro Benedito Mariano** sugiro começarmos de tarde com o Decreto, para não ficar pra última hora e acabar sendo deslocado para a próxima reunião. **Secretária Executiva** não haver prejuízo, pois o debate já foi feito por e-mail, então as considerações já foram feitas. **O Presidente em exercício** então começamos de tarde com o decreto e depois a apresentação do defesa da vida. Andréa (DEPRO) apresentação do pacto de redução de homicídios. **Conselheiro Marcos Costa** parabéns pela exposição. Pedir para a mesa diretora para que as apresentações sejam mais breves, para aumentar o tempo do debate. Queria saber se essa apresentação foi a que foi feita no fórum brasileiro de segurança pública? **O Presidente em exercício** sim, foi essa. **Conselheiro Marcos Costa** ótimo. O governador do Estado transformar esse Conselho em algo governativo é uma questão de governança. A questão dos homicídios é igual a um tonel onde cada um joga a sua mangueira, o que está faltando em

Pernambuco e talvez no resto do Brasil é em muitos Estados os homicídios não viram inquéritos, se viram inquéritos eles vão onerar o Ministério Público e devem virar. **Conselheiro Cel. Mariano** essa redução marca muito o estado de São Paulo, em nenhum lugar do mundo houve tamanha redução de homicídios como em São Paulo. Foram vários os fatores que culminaram nesse resultado. O governo investiu fortemente na polícia civil e militar e na parte de prevenção da Polícia Militar, dotar de equipamentos e informação. Nós tivemos 3 programas que deram resultado, programa de direitos humanos aplicado a polícia, polícia comunitária, gestão. Preocupação da PM de SP com o mutirão de justiça que está colocando vários detentos para fora da prisão, pessoas que deveriam estar presos. **Conselheiro Tiao** de posse desses dados que orientaram as políticas de segurança, como o PRONASCI, os municípios mais violentos foram o que pautaram o PRONASCI. Quero saber os resultados dessa política? **Conselheiro Benedito Mariano** pede questão de ordem. **Conselheiro Manoel** como sou de Pernambuco queria registrar alguns fatos, a sociedade civil foi conversar com o governador o pacto pela vida e metas que viraram políticas de governo e criamos um plano estadual de segurança pública e a sociedade civil participou. Havia um esforço do estado de camuflar casos de grupo de extermínio, com o pacto mapeamos os focos de violência e grupos de extermínio então temos uma receita de bolo para a redução de homicídios atacando o grupo de extermínio. Temos que quebrar o paradigma de crime e pobreza, se não a gente não avança nas causas do crime que estão vinculadas ao crime organizado. Quando falamos de pacto pela vida, falamos de ruptura com o pacto neoliberal. **Conselheiro Gilson** esses dados que vocês expuseram, foi tudo compendiado da mesma forma, latrocínio e homicídio? Em São Paulo, há um declínio do homicídio, mas aumento do latrocínio. Sobre a 7% de municípios violentos, nos dá um mapeamento de onde começar o trabalho, facilita a aplicação da política pública. Qual o retorno da aplicação de recurso? **Conselheiro Geraldo** banalização da vida, combater o crime sempre prendendo e prendendo temos mais de meio milhão preso. Prender hoje é o mesmo que dizer sociedade fique mais insegura. O número de pessoas mortas por polícia, nesses estados que diminuíram os homicídios, não diminuíram os homicídios por policiais. O problema é sério e temos que discutir de maneira verdadeira. **Conselheiro Agadeilton** apesar da banalização da vida, a sociedade ainda consegue se indignar e temos que fazer algo, tomar uma atitude com essa indignação. Não se vai punir quem tá matando? Tem muitos que matam e entram no crime involuntariamente, mas ao se preso ele realmente se torna um criminoso e isso são um problema que enfrentamos. Vou citar uma experiência feita nos USA. **Conselheiro Alexandre Ciconello** há uma falência da justiça criminal nesse País, um dos motivos mais invisíveis que a impunidade se permaneça nesse patamar. Um dos dados que negros e jovens são maiores o número de homicídios, há uma dificuldade de se apurar a dimensão do racismo, discriminação na segurança pública. Queria entender o um programa no PRONASCI que não foi executado, queria saber o que a Senasp e Ministério vêm pensando em relação a essa questão. Queria se entender o que está se pensando para essa redução (Senasp) e na questão de orçamento. **Conselheiro Benedito Mariano** fiquei meio frustrado com a apresentação de hoje pq o que se foi pesado seria discutir o plano nacional de redução de homicídios que se foi pensando pela Senasp e que está na Casa Civil. Temos que conhecer o tamanho da violência letal no Brasil que tem que está no plano nacional. Temos que qualificar o debate e não só os números gerais, latrocínio também tem que se diminuir estando junto no mesmo índice e quarto ponto tentar qualificar o esforço das polícias e por último se o foco etário jovens, negros tem que ter claro a política para diminuir para essa juventude, queremos contribuir no Plano Nacional. **Conselheira Maria Tereza** o que se tem que se discutir de forma mais profunda e a questão da banalização da vida, o problema se começa com furto na entrada o cidadão e que não foi se dado a ele a possibilidade de se conhecer programas para esses cidadãos. No que se refere ao número de vítima está defasado e no que quem mais matou, faltando esses dados. E começar a

pensar se nessa pesquisa esta faltando alguns dados, aprofundando a pesquisa e a partir daí chegar ao que interessa que é a diminuição do homicídio. **Conselheira Simone** eu li que em função da Copa do Mundo e Olimpíadas o Plano de Redução de homicídios ficou um pouco de fora das discussões. **Conselheiro Elder** sabemos que as vítimas de homicídios no país são os jovens, se fizermos um recorte os jovens brancos 34 mil para 100 negros. Essa questão da morte na juventude negra deixou de lado outros assuntos como trabalho porque temos a expectativa de vida a impunidade no sistema judiciário e se for a porcentagem foram condenados as pessoas que mataram brancos. **Conselheiro Marcos Rezende** Seguindo o caminho do Conselheiro Elder fica um pouco a questão da angústia, o ministério da justiça sabe que o extermínio da juventude negra tem aumentado, se faz o questionamento do que é prioridade? O que [é mais importante na segurança pública e se defender o patrimônio ou o direito a vida. Gostaria de perguntar se não temos notícias de como foram gastos os 3 bilhões, porque não fazer um programa para se transformar em realidade. **Conselheiro Celito** sobre os dados do PRONASCI tem um relatório que esta disponível, uma grande preocupação como cidadão e um sistema judiciário que não tem um controle externo e enquanto não se ter esse controle externo do judiciário a impunidade continuara existindo contemplando apenas a pessoa que tem condições. Mudando o foco quando se coloca dados por municípios que nos municípios deitem mais de 70% da população. Conselheira Cibele acha importante aprofundarmos a discussão da influencia da letalidade outra questão importante e que temos que discutir o plano nacional de homicídios, pautando o controle, consulta a sociedade de como poderia proteger a criança e o adolescente. **Conselheiro Elder** sobre o caso da criança Juan dois policiais foram afastados. Andreia (DEPRO) muitas questões pertinentes foram colocadas e tentarei responder as questões. Eu aqui não me coloco como técnica meramente, as pessoas da Senasp muitas vezes também são militantes e nos debruçamos com essas questões. O grande desafio é como articular políticas focadas. Na minha opinião o que acontece é que segurança publica de fato e de direito nunca foi prioridade precisamos avançar muito mais. Já temos um campo constituído, mas no campo da política publica tem que avançar. Não temos indicadores e dados qualificados sobre o assunto. Sem processos, sem geração de informação não dá para pensar Política Pública de segurança, e cada um aqui tem um papel prioritário. Importante entender o contexto em que se esta atuando. Os dados que trabalhei aqui são do DATASUS e que tem um sistema de classificação próprios, o Ministério da Justiça esta caminhando para ter um sistema nosso de informação, entretanto que temos hoje mais confiável é o data sus e o aprimorando o SINESP. Priorizar politicamente fortalece informação coordenação de homicídios ao longo desses meses foi buscando expertise mas precisamos também de parceiras e inclusive Conasp com instancia será muito bem vinda. **O Presidente em exercício** foram alencados algumas questões e a mesa esclarecera- as providencias que a união tomou em relação aos dados, o grande norte da união, a atribuição da segurança era do estado e a união com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, com esse legado histórico, a união teve um patamar diferente sobre o tema, esse olhar foi o PRONASCI, entrada de novos atores, esse projeto não recebeu criticas ate hoje, reconhecido mundialmente. O projeto é mais famoso fora do Brasil do que aqui dentro, quando faz uma analise de mérito, ainda encontramos problemas, falta de critério, dificuldade de execução, os entes federados não tinham condição para executar, muitos recursos foram mal aplicados, não tinha estrutura de suporte para os entes, programa com poucas execuções concretas, dificuldade de acompanhamento do projeto, dificuldade de monitoramento e avaliação, essas foram as questões mais nos tocam. Assim pensamos em fazer uma revisão desse processo. Há um relatório do TCU sobre ele, mas é um novo olhar sobre a segurança publica. Muitas pessoas desse plenário participaram da feitura do projeto. **Conselheiro Agadeilton** questão de ordem. Com todo respeito à mesa e aos conselheiros, se a mesa for explicar todas as criticas que fizemos, a gente sempre vai

criar um novo debate. Encerrada a discussão. **Conselheiro Marcos Rezende** esclarecimento. Abrimos para o debate então faremos o debate. **Conselheiro Agadeilton** eu entendi que o debate tinha sido encerrado. **O Presidente em exercício** esclarece que não, a mesa recebeu colocações de conselheiros, como do tiao e estamos respondendo. **Conselheiro Elder** eu esperei o presidente falar um pouco das críticas do presidente e uma crítica da SEPPIR é que o PRONASCI não conseguiu discutir a questão do racismo institucional. Só isso. **Conselheiro Tiao** independente da qualidade da informação, o que foi gasto, qual com resultado, tiveram Problemas nos municípios. **O Presidente em exercício** o plano de redução de homicídios nos remete uma serie de angustia, tanto dos conselheiros , quanto da Senasp hoje temos um direcionamento que só encaminhamos projetos exequíveis, não temos condição de criar expectativas dos projetos, o PRONASCI fez isso. Hoje trabalhamos com angustia de saber o que esta acontecendo como será desenvolvido, mas temos uma lealdade não seria honesto da minha parte se trouxéssemos a plenária um projeto que não tivesse chance de ter andamento. Geraríamos uma expectativa dos conselheiros, então achamos mais justo e honesta com os conselheiros as propostas do aval de exequibilidade do projeto, por isso a proposta de redução de homicídios não foi trazida ate agora. **Conselheiro Benedito Mariano** entendo o que a mesa ta falando, não quero ser insistente, mas queremos saber o que a Senasp entende desse conselho. Nós queremos contribuir com o plano de redução de homicídios que está na casa civil. Vice Presidente a questão é que não existe um plano de redução de homicídios na Casa Civil. Por isso falei da questão de honestidade, a equipe esta trabalhando com a preparação de diagnostico e propostas de ação de homicídios, essa proposta nesse assunto hoje e de construirmos a partir desse diagnostico, um plano. Havia uma estratégia construída e que não era viável, por isso que aquilo foi apresentado como plano, ele não existe. Estamos fazendo um diagnostico para se repensar um plano. Encaminhamento a câmara técnica de mobilização nos apresente uma proposta de realização de um simpósio. **Conselheiro Marcos Rezende** só quero saber se o Ministério da Justiça está convencido da questão racial? E se tem porque não nos chamam para participar? Queria propor que esse simpósio fosse em Salvador já que a reunião do conselho não foi lá. **O Presidente em exercício** eu acredito que é consenso esse encaminhamento. **Conselheira Eliana** a conselheira Raquel coordenada um projeto que publica anualmente indicadores sobre letalidade de jovens. **O Presidente em exercício** a visão atual é de que o homicídio deve ser atacada em vários flancos, tratada é melhor. Falando de homicídios temos que falar de letalidade publica, crime organizado, entre outros. Enquanto não temos um grande plano no Ministério da Justiça e com os Estados. Almoço 13h às 14:45

TARDE

O Presidente em exercício passa a palavra para o Diretor da Força Nacional apresentar a Operação Sentinela coordenação do Ministério da Justiça e Suporte do Ministério da Defesa e Polícia Federal: Major Aragon alguns pontos são destacados como a obediência estrita à Polícia Federal da Força Nacional, a mobilidade e dinamicidade das operações; a tentativa de manutenção da permeabilidade das fronteiras em relação às pessoas (preservar características culturais locais). Destaca-se ainda a tentativa de se evitar o êxodo indígena das áreas ocupados por madeireiros ilegais. Operação Ágata (coordenação do Ministério da Defesa e Suporte do Ministério da Justiça: serve para demarcar o território como Estado brasileiro. Contudo, prevendo a saturação dessas atividades, já estão previstos outras ações. **O Presidente em exercício** aberta à palavra aos conselheiros. **Conselheiro Almir** parabeniza a apresentação e pergunta se os 16.800 Km é de fronteira só com a Colômbia. Aragon responde que sim. **Conselheiro Agadeilton** parabéns ao Diretor da Força Nacional , que nos é enunciado o ENAFRON, eu criei expectativas com essa

apresentação para conhecer uma estratégia nas fronteiras, a mídia nos apresentou o abandono da fronteira. A gente continua com pontos específicos de atuação, ainda não temos as fronteiras como um lugar controlado pelo estado brasileiro. Temos o anseio por uma política de fronteira. **O Presidente em exercício** pontua que essas operações são gerais do governo Federal (que são pontuais), está sendo construída uma estratégia de fronteiras junto aos estados e municípios. Essa estratégia está sendo desenvolvida no âmbito do DEPRO/SENASP, considerando a pactuação principalmente com os 11 estados limítrofes e seus respectivos municípios. Ressalta ainda a singularidade das fronteiras em cada um desses estados. Por isso, o Ministério da Justiça buscou opiniões e impressões dos estados, que está no prazo de 90 dias pra construção do projeto e suas ações. Uma vez eu isso estiver pronto, o MJ não retende financiar kits, mas planejar as ações. Portanto, está na fase de sistematização das políticas. **Conselheiro Manoel** informa que na reunião passada, repassou um documento que tratava sobre a mobilidade dos povos indígenas nas fronteiras. Sobre isso, ele pergunta, a respeito das comunidades afrodescendentes, se as ações das polícias (enquanto Força Nacional) está reproduzindo a discriminação historicamente a esses povos. O exemplo do Porto de Pernambuco, cita que há muitos casos de africanos que se refugiam no Brasil e são presos quando chegam aqui. **Conselheiro Marcos Rezende** coloca ainda o caso específico dos que pedem asilo e são vistos como futuros mendigos, como um entendimento nacional brasileiro. E que esses que tentam se refugiar são sobreviventes de etnias perseguidas historicamente na África, como o Brasil justifica ou entende essas questões. Major Aragon diz que sobre migração, ele não é a pessoa mais indicada pra responder. Então ele não é mais indicado pra responder essa pergunta. Ressalta que as operações nas fronteiras contam sempre com a participação da Receita Federal, Polícia Federal e FUNAI. Outra questão que se está colocando hoje é qual a política que o Ministério da Justiça está preparando para população de fronteiras. **Conselheiro Leôncio** diz que esses casos de jogar pessoas no mar são isolados até porque quando esses imigrantes chegam já tem uma seguradora e policiais esperando. Além disso, geralmente, esses imigrantes vão para os EUA ou Europa e acidentalmente está passando no Brasil. O problema maior são os clandestinos sem nenhuma documentação, pois não tem como verificar qual sua origem e seu futuro. Esses casos não são de polícia, mas a legislação brasileira diz que a polícia tem que tomar as medidas de assistência (conjunto co ONGs etc), mas isso é feito sem auxílio do Estado e fica muito difícil dá essa assistência. Como eles não tem amparo legal pra manter essas pessoas no país, esses ilegais são presos devido a uma ineficiência do Estado. Acrescenta que esses problemas tendem a aumentar devido ao desenvolvimento econômico do país. Entende que mesmo sem ter o conhecimento sobre o tema, o ponto de vista do Major Aragon sobre a UNITAS e PLA é problemático. É interessante rever essas perspectivas devido complexidade dos problemas que matam esses descendentes até hoje. **Conselheiro Nóbrega** ressalta que a prisão nesses casos é uma prisão bem específica. E esse é um problema social internacional. Precisa ser resolvido administrativamente. **Conselheiro Manoel** considera um caso que deve ser revisto pra tentar reconhecer esse problema, e não reproduzir o racismo institucional. E chama atenção ainda para a diferença dos grupos vulneráveis (africanos) e os potencialmente envolvidos com crime organizado (Leste Europeu, Rússia, etc). Major Aragon dá continuidade à apresentação com a operação em Defesa da Vida. **Conselheiro Mariano** pede encaminhamento para o tempo de debate sobre essa apresentação, pois ainda está na pauta o debate sobre o decreto. **Conselheiro Leôncio** pergunta sobre a possibilidade as causas dos problemas sociais como o agrário. Major Aragon diz que como trabalha na parte operacional, não tem como responder especificamente sobre essa questão. **Conselheiro Agadeilton** questiona sobre a competência dos servidores que estão nesses estados da força nacional. Se essa força de trabalho teria eficiência em resolver esses processos. Se já há trabalhos do judiciário no sentido de avaliar essas atividades.

Conselheiro Silvio esclarece que perito apóia o órgão policial, não existe impedimento legal na atuação profissional dos peritos em outros estados. O único fator condicionante é a requisição do delegado responsável. **O Presidente em exercício** encaminha a propostas. Agradece o Major Aragon pelas apresentações. Intervalo de 5 min. **Conselheiro Eder** apresenta a redação do Decreto proposto, conforme as modificações enviadas pelos conselheiros. Além disso, solicita informações sobre o orçamento da Força Nacional. **Conselheiro Leôncio** considera a possibilidade da SE Conasp já ter essas informações no relatório marco econômico do TCU. **Conselheiro Heder** inicia a leitura do Decreto. No Art 3 § 3º “que a Secretaria Executiva do Conasp permaneça vinculada ao Gabinete do Ministro e que a nomeação fosse submetida pelo pleno. **Conselheiro Agadeilton** defende a proposta em sua plenitude, pois acha interessante o pleno aprovar a escolha do Ministro da Justiça na Secretaria Executiva. **Conselheiro Marcos Costa** acha importante que a SE Conasp fique vinculada à Senasp, pois a aproximação com o ministro não é garantida com essa vinculação. acredita que simbolicamente é importante a escolha ser aprovada pela pleno. **Conselheiro Benedito Mariano** não acha essa proposta relevante, e defende o texto da forma que já está no decreto. Pergunta se há alguma dificuldade ou facilidade administrativa ou logística ou orçamentária na vinculação ao GM. **O Presidente em exercício** explica que facilita ficar tudo dentro da Senasp. **Conselheiro Celito** acredita que, pelo fato do Conasp integrar a estrutura do ministério, deve está vinculada ao Gabinete do Ministro. **Conselheiro Almir** percebe que na prática o Ministro ficaria fora do processo do CONASP, portanto, ficando todas as instâncias concentradas na Senasp, perde-se o diálogo com o Ministro. **O Presidente em exercício** sistematiza as propostas dos conselheiros. Encaminha a votação do primeiro item: 1) Se a SE /Conasp fica na Senasp ou 2) no GM (aprovada proposta 1 por 13 votos). O segundo item se a nomeação da Secretária Executiva será realizada por presidência da mesa e se fica submetido à plenária do Conasp. Aprovada por 15 votos a proposta de que a nomeação da Secretária Executiva seja submetido ao plenário. **Conselheiro Heder** encaminha segunda proposta no § 2 d Art. 4º sobre o direito de voz nas reuniões do Conasp, devido à escassez de recurso da sociedade civil. **Conselheiro Almir** considera enriquecedor o direito de voz do suplente. **Conselheiro Manoel** considera democrático garantir o direito de voz a todas. **Conselheiro Marcos Costa** observa o número de pessoas presentes aqui. Então uma vez que os suplentes estão presentes, não é possível cercear o direito de voz. **Conselheiro Agadeilton** relembra a fase da CONSEG até ao processo eleitoral pra dizer que o direito de voz foi uma alternativa pra ampliar a participação social no conselho. **Conselheiro Marcos Costa** lembra que o caso do suplente é diferente, pois há casos daqueles que compartilham cadeira, assim seria outra proposta no caso das instituições que não compartilham. **Conselheiro Bridi** defende a igualdade para todos de se pronunciar e faz um apelo pra que os horários de vôos emitidos pela Secretaria Executiva seja compatíveis com os da reunião. **Conselheiro Celito** defende a uma vez o direito de voz. **Conselheiro Silvio** defende o direito a voz do suplente, uma vez que muitas perspectivas se completam. **Conselheiro Elder** defende que o direito a voz deve ser dado apenas ao titular em qualquer caso independentemente do compartilhamento de cadeira. **Conselheiro Geraldo** defende que o suplente não tenha direito de voz, principalmente após a decisão de não financiamento dos suplentes pelo MJ. **Conselheiro Simone** relembra a desigualdade de forças na garantia do direito de voz. **Conselheiro Benedito Mariano** sugere que o tema da voz do conselheiro seja tratado no regimento (opção 1) ou no decreto (opção2). Vence a opção 2 por 17 votos. **Conselheiro Agadeilton** tem dúvidas sobre a definição de quem é conselheiro no Art 4º. **Conselheiro José Neves**, sobre o § 3, do Art. 3º, tem dúvidas se o vive presidente sairia dentre os conselheiros do pleno. Então pede pra que a redação fique mais claro. **Conselheiro Marcos Costa**, lembra que o vice não é eleito, então sugere fazer um artigo pra abordar a composição da mesa diretora. Deixando no § 3º só a questão do Vice Presidente, e criaria-se § 5 só pra mesa diretora.

Conselheiro Benedito Mariano lembra que o texto original não condiz com a realidade, então é preciso decidir se passaremos a eleger vice ou mudamos a legislação pra o vice continuar sendo nomeado. **Conselheiro Agadeilton** defende que o vice seja aprovado pelo pleno, podendo ser ou não o indicado pelo presidente. **Conselheiro Celito** defende que o vice deve ter o respaldo da presidência, por isso deve ser indicado pela presidência. **Conselheiro Benedito Mariano** resgata a composição do Conasp em seus 3 segmentos. **Conselheiro Almir** considera que se o Conasp estaria lascado se fosse atualmente escolher seus representantes, porque está sem autonomia, sem poder e sem dinheiro. **O Presidente em exercício** informa que essa é a última Reunião do Conselho Gilson, devido a sua saída do Conasp. **Conselheiro Gilson** faz pronunciamento em agradecimento, dizendo que está fechando um ciclo, mas é difícil dizer adeus. Deseja ainda bom trabalho para os que ficam. **Conselheiro Marcos Rezende** entende que como a escolha da presidência do conselho já está a cargo do ministro, a vice poderia ser a escolha do pleno. **Conselheiro Elder** defende ainda que a escolha do Vice Presidente seja feita pelo pleno também. **Conselheiro Benedito Mariano** lembra que aprovar o vice em plenária não significa rodízio, então retira a sua proposta. **O Presidente em exercício** relembra que a reunião está acabando e o texto final ainda não foi finalizado. **Conselheiro Benedito Mariano** relembra que está saindo devido ao horário do voo comprado pela Secretaria Executiva do Conasp, além de que a pauta foi invertida, sendo substituída pela apresentação da força nacional. **O Presidente em exercício** relembra que às 14h não tinha quorum e por isso foi iniciada a apresentação da força nacional. **Conselheiro Manoel** sugere que se aprove todas as alterações no texto numa mesma votação, devido ao adiantado do tempo. **Conselheiro Eder** explica a alteração do Art 5º, que é consensualmente aprovado. **Conselheiro Marcos Costa** levanta a questão sobre a participação da OAB dentre os representantes sem direito a voto. **O Presidente em exercício** recorda que não seria justo colocar a OAB pq ela não foi eleita, remetendo-se a discussão. A reunião é encerrada em virtude de não ter mais quorum. O presidente encaminha que o texto seja concluído por meio eletrônico porque toda vez voltamos a esse assunto, retomamos discussões já superadas em outros momentos. **Informes:** **Conselheiro Manoel** solicita a abertura de uma comissão para participação do Conasp na política de homicídios. **Conselheiro Silvio** (questão e ordem) lembra que falta a indicação do conselheiro que acompanhará a câmara. **O Presidente em exercício** informa que ficou a cargo do conselheiro Ciconello. **Conselheiro Elder** ressalta que falta nomear a comissão pra articular uma política conjunta em combate à discriminação. **O Presidente em exercício** lembra que essa comissão pode ser a própria câmara técnica. **Conselheiro Agadeilton** relembra é preciso repensar o horário dos informes, pois sempre ficam por ultimo num momento sem quorum. Além disso, relembra que sua instituição fez uma articulação junto ao PL sobre o crime de homicídios contra mulheres, principalmente após estupradas. Há uma discussão em torno desse PL os temas da presunção de inocência etc, uma vez que prevê o armazenamento de material genético de criminosos. Nos EUA isso já existe o que aumentou em 56% o nível de resolução de crimes. Esse banco de dados de condenados pode ser consultado durante as investigações, o que facilitaria muito as investigações policiais principalmente nos casos de homicídio e estupro. **O Presidente em exercício** informa que os informes da SE será encaminhado por e-mail, e encerra, considerando essa reunião a mais produtiva nesses 2 anos.